Instituto de Reinserção Social

Despacho (extracto) n.º 9896/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 6 de Abril de 2006:

Dulce Amélia Ribeiro Marques, auxiliar técnica de educação, da carreira de auxiliar técnico de educação, escalão 2, índice 181, do quadro de pessoal deste Instituto — reclassificada como assistente administrativa, da carreira de assistente administrativo, escalão 1, índice 199, precedendo parecer favorável da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça. (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

17 de Abril de 2006. — A Presidente, *Leonor Furtado*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades

Despacho n.º 9897/2006 (2.ª série). — Pretende o município de Fronteira realizar depósito e armazenagem de terras junto à célula complementar do aterro sanitário de Avis, ocupando uma área de 3,70 ha, utilizando para o efeito terrenos que interferem com áreas da REN, nomeadamente «cabeceiras de linhas de água», tal como consta na Resolução do Conselho de Ministros n.º 145/2003, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 212, de 13 de Setembro de 2003.

Considerando a justificação da localização da referida pretensão apresentada pelo município de Fronteira;

Considerando que o Plano Director Municipal de Fronteira, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 27/95, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 76, de 30 de Março de 1995 [alterado pela declaração n.º 319/99 (2.ª série), da DGOTDU, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 229, de 30 de Setembro de 1999, alterada pela declaração n.º 326/2002 (2.ª série), da DGOTDU, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 250, de 29 de Outubro de 2002, e alterada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2004, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 172, de 23 de Julho de 2004], não obsta à realização do depósito e armazenagem;

Considerando o parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo que considera de todo o interesse a pretensão em causa;

Determino:

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, e no exercício das competências delegadas pelo Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, nos termos do despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, é reconhecido o interesse público do depósito e armazenagem de terras utilizando para o efeito terrenos que interferem com áreas de REN da parcela de terreno a norte da actual célula suplementar no aterro sanitário da Valnor, na extremidade noroeste do concelho de Fronteira.

17 de Abril de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 9898/2006 (2.ª série). — Pretende a Câmara Municipal de Vila de Rei proceder à construção das fases A e B de um novo cemitério na sede da vila, utilizando para o efeito terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional do concelho de Vila de Rei, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 121/95, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 253, de 2 de Novembro de 1995.

De acordo com as necessidades que forem existindo, prevê-se a sua construção em diferentes fases, pretendendo a Câmara Municipal dar início imediato às fases A e B, o que visa dar cumprimento ao estabelecido no artigo 8.º do Decreto n.º 44 220, de 3 de Março de 1962, que define a forma de cálculo a adoptar para o dimensionamento de cemitérios.

Considerando que o cemitério será construído em patamares a diferentes níveis, de modo a minimizar os movimentos de terras, atendendo à topografia do terreno;

Considerando que Vila de Rei é um concelho do interior, com uma população envelhecida e com uma taxa de envelhecimento muito elevada;

Considerando que o cemitério actualmente existente, e já ampliado há cerca de 10 anos, está com a sua capacidade praticamente esgotada;

Considerando a inexistência de alternativas viáveis de localização fora da Reserva Ecológica Nacional;

Considerando que a localização escolhida foi considerada como adequada numa vistoria conjunta realizada por representantes da Câmara Municipal de Vila de Rei, da Delegação de Saúde do Centro e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, que entenderam que a mesma dá satisfação aos requisitos constantes do Decreto n.º 44 220, de 3 de Março de 1962, que se mantém válidos até hoje;

Considerando o parecer favorável da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, condicionado ao cumprimento da seguinte medida:

Deverá proceder-se à correcção dos solos após a desmatação e a remoção da terra vegetal, nomeadamente colocando-se terra de empréstimo de natureza calcário-siliciosa, numa camada com espessura média de 1,5 m;

Considerando, por fim, que a disciplina constante do Regulamento do Plano Director Municipal de Vila de Rei, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 32/95, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 82, de 6 de Abril de 1995, não obsta à concretização do projecto:

Determino:

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 93/90, de 19 de Março, com a redacção que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 213/92, de 12 de Outubro, e tendo presente a delegação de competências do Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional no Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades prevista no despacho n.º 16 162/2005 (2.ª série), publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 141, de 25 de Julho de 2005, é reconhecido o interesse público da construção das fases A e B de um novo cemitério no concelho de Vila de Rei.

17 de Abril de 2006. — O Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades, *João Manuel Machado Ferrão*.

Despacho n.º 9899/2006 (2.ª série). — Pretende a Águas do Algarve, S. A., concretizar o sistema interceptor e elevatório de Quarteira e Vilamoura, que tem como objectivo promover o saneamento da ribeira do Almargem e a sua integração no subsistema de Quarteira-Vilamoura existente, utilizando para o efeito terrenos afectos à Reserva Ecológica Nacional do concelho de Loulé, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 66/2004, de 26 de Maio.

O projecto implica a construção de uma nova estação elevatória (estação elevatória de Fonte Santa — CE 4), a remodelação das estações elevatórias existentes de Vilamoura e Quarteira (CE 3 e CE 2), a desactivação das estações depuradoras de Duas Sentinelas e de Vila Sol e de pequenas estações elevatórias e fossas individuais existentes em moradias isoladas e pequenas urbanizações existentes no local, a remodelação da ETAR de Vilamoura (intervenção integrada num outro projecto já em curso) e, ainda, a construção dos colectores n.ºs 1, 5 e 6, das condutas elevatórias CE 4 e CE 3, e a construção do interceptor de Vilamoura.

Considerando que a intervenção se enquadra no sistema municipal de saneamento do Algarve, de importância estratégica, o qual contribui para a gestão integrada dos recursos hídricos da região, mediante a construção e exploração adequada das infra-estruturas de tratamento e destino final previstas e a reutilização das águas residuais depuradas em fins adequados;

Considerando que o projecto tem inerente um inegável interesse público, não só pelas vantagens ambientais que decorrem da sua concretização mas também pela população total abrangida pelo subsistema de Quarteira-Vilamoura;

Considerando que as propostas de intervenção constituem, em termos de implantação, a melhor opção em termos ambientais, salientando-se a inexistência de alternativas viáveis em áreas não delimitadas como Reserva Ecológica Nacional;

Considerando o facto de o traçado das condutas se localizar, de forma geral, junto a vias de comunicação existentes, evitando, sempre que possível, o cruzamento das linhas de água, e tendo em conta a conveniente salvaguarda da drenagem natural;

Considerando o curto espaço de tempo previsto em termos de intervenção no local;

Considerando o parecer favorável da Comissão Regional de Reserva Agrícola do Algarve relativamente à ocupação não agrícola dos solos afectos à Reserva Agrícola Nacional;

Considerando que a disciplina constante do Regulamento do Plano Director Municipal do concelho de Loulé, ratificado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 81/95, de 24 de Agosto, e alterado